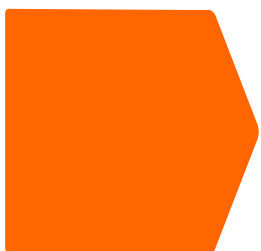


RELATO FINANCEIRO

2018

Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança





ÍNDICE

RELATO FINANCEIRO

RELATO FINANCEIRO

INTRODUÇÃO.....	4
CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	6
INVESTIMENTOS.....	10
COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES.....	20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

NOTAS

CERTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO FUNDO DE PENSÕES

RELATÓRIO DE GESTÃO





INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

ENQUADRAMENTO

- O Artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, determina que deve ser elaborado um relatório e contas anuais para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de dezembro de cada exercício, o qual deve refletir de forma verdadeira e apropriada o ativo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.
- Posteriormente, na Norma Regulamentar N.º 7/2010-R, de 4 de junho, na perspetiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

FUNDO DE PENSÕES ABERTO BPI SEGURANÇA

- O Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança financia planos de pensões de benefício definido, de contribuição definida e mistos.
- Durante o ano de 2018, não se registaram alterações relevantes na gestão do fundo de pensões.
- Em 31 de dezembro de 2018, o valor total da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança ascendia a 113,389,541 euros.

§



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

FUNDO DE PENSÕES ABERTO BPI SEGURANÇA

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

	Valores em euros
Valor do Fundo em 31.12.2017	110,924,566
Contribuições	6,332,298
Benefícios pagos	(6,505,768)
Transferências	6,104,104
Prémio de Seguros	-
Rendimento líquido	(3,465,659)
Valor do Fundo em 31.12.2018	113,389,541

\$



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

EUA

A economia norte-americana deverá ter crescido 2.8% em 2018 (previsão BPI Research) depois de, em 2017, ter avançado 2.2%. A aceleração do ritmo de expansão beneficiou da implementação de um pacote fiscal que se traduziu na redução da carga fiscal e que permitiu um crescimento sólido do consumo privado. Adicionalmente, o bom comportamento do mercado de trabalho foi também um importante fator de suporte ao crescimento em 2018. Com efeito, no final do ano, a taxa de desemprego situava-se em 3.9%, tendo-se registado uma criação média mensal de 232 mil empregos. Neste contexto, a Reserva Federal aumentou por quatro vezes a taxa de juro de referência (refi-rate), colocando-a no intervalo 2.25%-2.50% no final do ano.

As perspetivas para 2019 mantêm-se positivas, antecipando-se que a economia avance 2.3% (previsão BPI Research). A desaceleração esperada reflete, particularmente, a diluição dos efeitos expansionistas do estímulo fiscal. Os principais riscos para o atual cenário estão enviesados em sentido descendente, relacionando-se, principalmente, com as questões ligadas à imposição de novas taxas aduaneiras entre as economias dos EUA e da China, cujo desenho final está ainda longe de ter sido alcançado.



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

ZONA EURO

A primeira estimativa para o crescimento do PIB real em 2018 indica que a economia do euro avançou 1.9%, depois de, em 2017, ter crescido 2.5%. A desaceleração da economia esteve sobretudo relacionada com a diluição do impacto favorável do nível das taxas de juro, preços do petróleo, cotação do euro e política orçamental nas principais economias do euro. Fatores políticos como o Brexit, as negociações entre Itália e a Comissão Europeia sobre política orçamental e fatores internos (como é o caso da nova legislação sobre a emissão de gases poluentes), também contribuíram para a desaceleração do ritmo de expansão da economia na segunda metade do ano.

Para 2019, as perspetivas apontam para que a Zona Euro apresente um ritmo de crescimento ligeiramente inferior ao de 2018. Com efeito, estima-se que a economia avance 1.8%, sendo que os riscos se encontram ligeiramente enviesados em sentido descendente, refletindo receios quanto ao impacto do arrefecimento da economia global na procura externa e a permanência de fatores internos de incerteza— Brexit e Itália.

O Banco Central Europeu manteve o cariz ultra acomodatório da sua política monetária ao longo de 2018, antecipando-se que assim continuará durante todo o ano de 2019. Ainda assim, num cenário de recuperação do crescimento e de eliminação dos riscos deflacionistas, o BCE enveredou por uma política de redução muito gradual dos estímulos monetários, através da finalização do programa de compras mensais de dívida pública. Contudo, continua com uma política de gestão de expectativas muito cuidada, favorecendo a consolidação do sentimento de que as condições de financiamento continuarão muito favoráveis no médio prazo. A partir de 2019 já não serão efetuadas compras líquidas de títulos de dívida pública, mas o BCE levará a acabo uma política de reinvestimento dos títulos vencidos, mantendo-se assim um importante interveniente no mercado de taxa fixa do euro.



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

PORTUGAL

A economia portuguesa deverá ter crescido 2.1% em 2018, um arrefecimento de 0.7 pontos percentuais face ao ano transato, mas consideravelmente acima do crescimento médio anual observado nos últimos 20 anos. O crescimento continuou a ser suportado pela maior robustez da procura interna – consumo privado e investimento – bem como pelo bom desempenho das exportações. Contudo, estas últimas registaram algumas perturbações ao longo de 2018, que tenderão a traduzir-se num crescimento mais reduzido comparativamente ao registado nos anos anteriores. Para além da interrupção da atividade produtiva numa importante refinaria no início do ano, com impacto nas exportações de bens energéticos, também a greve dos estivadores no porto de Setúbal no mês de novembro se traduziu numa forte redução nas exportações de automóveis no final do ano. Nos três primeiros trimestres de 2018, a economia cresceu 2.2%, mas o desempenho no último trimestre poderá revelar-se desfavorável, refletindo a redução das exportações de bens nos últimos meses do ano.

Em 2019, antecipa-se que o ritmo de expansão da economia desacelere para 1.8%, menos 0.3 pontos percentuais do que em 2018, sendo que os riscos para este cenário estão ligeiramente enviesados em sentido descendente, dependendo essencialmente da possibilidade de desaceleração mais forte do que o esperado do crescimento na zona euro. Refere-se, contudo, que o ritmo de expansão esperado para 2019 continua a ser superior ao crescimento médio anual das duas últimas décadas. O crescimento do emprego, a par da recuperação dos rendimentos, a retoma gradual do crédito e um ambiente mais propício à concretização de investimento público são fatores que favorecerão a evolução robusta da procura interna. Mas o contributo da procura externa poderá ser desfavorável, na medida em que a existência de fatores de incerteza em vários pontos do mundo tem vindo a refletir-se desfavoravelmente na atividade dos principais parceiros comerciais de Portugal, podendo afetar de forma mais significativa a evolução das exportações. Acresce que os fatores que afetaram o crescimento no último período de 2018 poderão ter um efeito de arrastamento mais forte do que estimado no andamento da atividade no corrente ano. Em 2019, a taxa de inflação deverá manter-se contida. Adicionalmente, o Governo estima que o défice orçamental diminua para 0.2% do PIB, continuando a beneficiar da solidez da procura interna. No que diz respeito às contas externas,



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

espera-se que a Balança Corrente e de Capital mantenha um saldo superavitário, mas inferior ao observado nos últimos anos, refletindo uma deterioração da balança comercial de bens e a estabilização do contributo dado pelo setor turístico.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Contrato de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

	Limite Mínimo	Valor Central	Limite Máximo	Benchmark
Ações	0%	10%	20%	MSCI Europe Total Return Net Euro
Obrigações Taxa Fixa	10%	25%	50%	Bloomberg Barclays EU Govt All Bonds Total Return*
Obrigações Taxa Variável	0%	45%	70%	Euribor 3 meses
Retorno Absoluto	0%	5%	20%	Euribor 3 meses
Imobiliário	0%	10%	20%	Bloomberg Barclays EU Govt All Bonds Total Return*
Liquidez	0%	5%	30%	Euribor 3 meses
Total		100%		

A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar N.º 9/2007-R, de 28 de junho.

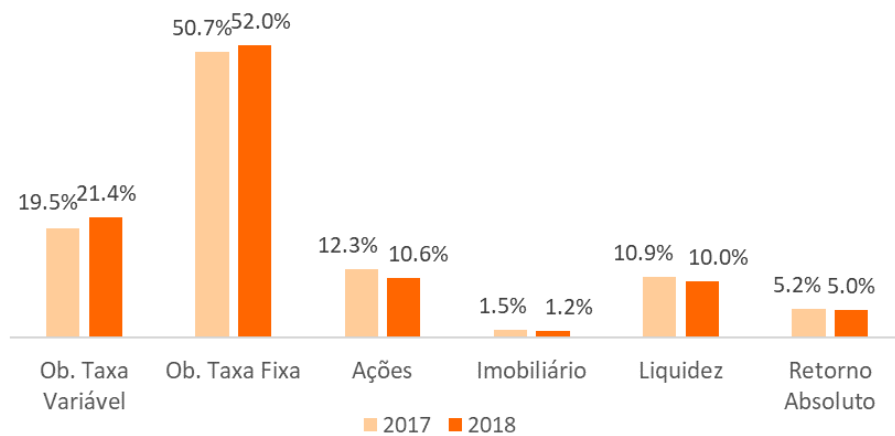


INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2018 as aplicações do Fundo de Pensões sofreram alterações, cumprindo em linha a política de investimento definida, como se pode confirmar no gráfico seguinte:



\$



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Cumprimento das Regras Prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar N.º 9/2007-R, de 28 de junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento coletivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%	Cumpre
3. Investimento em ativos expressos em moedas distintas daquela em que estão expressas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%	Cumpre
4. Valor de mercado dos ativos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efetuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento coletivo não harmonizado invistam em outros organismos de investimento coletivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Comparação dos Limites de Exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstas na política de investimento do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança com a alocação a 31.12.2018:

Ativos	Política de Investimento		Alocação 31.12.2018	Controlo
	Limite Mínimo	Limite Máximo		
Ob. Taxa Variável	0.0%	70.0%	21.4%	Cumpre
Ob. Taxa Fixa	10.0%	50.0%	52.0%	Não cumpre ¹
Ações	0.0%	20.0%	10.6%	Cumpre
Imobiliário	0.0%	20.0%	1.2%	Cumpre
Liquidez	0.0%	20.0%	10.0%	Cumpre
Retorno Absoluto	0.0%	20.0%	5.0%	Cumpre

As aplicações em unidades de participação de fundos de investimento coletivo estão incluídas nas categorias indicadas, consoante o tipo de ativo que caracteriza o fundo em termos maioritários.

¹ Considerando o futuro FUT EURO-BUND (10Y)-MAR(19), com exposição de -3.2%, não há incumprimento. Os futuros são considerados nos cálculos dos limites de Compliance.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Análise de Performance

No quadro seguinte apresentam-se as rendibilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período e as rendibilidades do *benchmark*:

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade <i>Benchmark</i>
Nos últimos 5 anos	1.4%	3	1.6%
Nos últimos 3 anos	0.1%	2	0.4%
Nos últimos 12 meses	-2.3%	2	-0.9%

As rentabilidades apresentadas são anualizadas e brutas de comissões de gestão; representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Observações

- O cálculo das medidas de rentabilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Rentabilidade efetiva} = (UP_f / UP_i) - 1$$

Em que, UP_f = Valor da unidade de participação no final do período de referência

UP_i = Valor da unidade de participação no início do período de referência

$$\text{Rentabilidade anualizada} = (1 + \text{rentabilidade efetiva})^{365/n} - 1$$

Em que, n = número de dias do período de referência da rentabilidade efetiva utilizada

- O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

Em que, r_t = rentabilidade efetiva semanal no período t

T = n.º de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rentabilidade

\bar{r} = média aritmética simples das rentabilidades efetivas semanais, para o período de referência.

- A classificação do risco tem por base as seguintes fórmulas:

Classe de Risco	Intervalo da Volatilidade	
	Maior ou Igual a	Menor que
1	0.0%	0.5%
2	0.5%	2.0%
3	2.0%	5.0%
4	5.0%	10.0%
5	10.0%	15.0%
6	15.0%	25.0%
7	25.0%	

Baixo Risco

Remuneração potencialmente mais baixa

Elevado Risco

Remuneração potencialmente mais elevada

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

\$



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

COMENTÁRIO AOS RESULTADOS

- O ano de 2018 terminou com a maioria dos mercados acionistas globais a apresentarem quedas significativas em magnitudes que já não se registavam desde 2011. Observaram-se também outros sinais de aversão ao risco como quedas nas taxas da dívida pública dos países desenvolvidos e alargamento dos spreads de crédito. Estes desenvolvimentos foram muito condicionados pelos receios que marcaram todo o ano, em particular a retirada dos estímulos parte dos principais bancos centrais, a política comercial dos EUA e *brexit*.
- Neste contexto, no ano de 2018, o fundo de pensões BPI Aberto Segurança teve uma rentabilidade de -2.3%, tendo ficado abaixo do *benchmark* em 1.5%.
- A classe acionista apresentou uma contribuição negativa em termos absolutos e inferior à do índice de referência. O desempenho foi condicionado pela preferência por ações da zona euro e pela seleção de fundos que compõem a carteira, já que foi um ano desfavorável para a gestão ativa. Também o desempenho das ações japonesas e emergentes não acrescentaram o valor esperado.
- A classe de obrigações de taxa fixa registou um contributo negativo e mais desfavorável do que o do *benchmark*. Esta componente foi penalizada pela subexposição a dívida soberana de países *core* da zona euro, que registaram uma *performance* menos desfavorável. De igual modo, a carteira foi afetada pela exposição a obrigações de dívida privada, em particular a dívida de empresas com *rating high yield*.
- A classe de obrigações de taxa variável gerou uma contribuição negativa, resultante do alargamento verificado nos *spreads* de crédito, num ambiente em que as taxas de juro *euribor* continuaram negativas todo o ano.
- O investimento em retorno absoluto gerou um contributo negativo, que teve origem no desempenho desfavorável dos fundos *equity long/short market neutral*.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

- Por fim, a rubrica de liquidez também registou uma contribuição negativa. Esta classe refletiu as taxas de juro nos mercados monetários, que permaneceram negativas.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

RISCOS MATERIAIS

- De acordo com a composição da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança, em 31.12.2018, os riscos materiais associados eram:
 - Risco de Mercado – Ações
 - Risco de Mercado – Taxa de Juro
 - Risco de Mercado – Taxa de Câmbio
 - Risco de Crédito
 - Risco Imobiliário (Indireto)
 - Investimentos Alternativos

Comparativamente com o ano anterior, não se registou qualquer alteração no tipo de riscos a que o fundo de pensões se encontra exposto.

- A gestão dos riscos materiais que afetam o fundo de pensões é efetuada através do recurso a produtos derivados. No quadro seguinte apresentam-se os derivados constantes na carteira do Fundo de Pensões a 31.12.2018:

Código do derivado	Designação do derivado	Risco associado
ECH19	FUT EURO FX CURR - MAR19	Risco de Mercado – Cobertura Risco Cambial
VGH19	FUT DJ EURO STOXX 50 MAR19	Risco de Mercado – Gestão Agregada dos Riscos
RXH19	FUT EURO-BUND (10Y) - MAR19	Risco de Mercado – Gestão Agregada dos Riscos
EEH19	FUT EURO E-MINI FUT MAR19	Risco de Mercado – Cobertura Risco Cambial
CREH19	FUT E-MICRO EUR/USD MAR19	Risco de Mercado – Cobertura Risco Cambial
RPH19	FUT EUR/GBP - MAR19	Risco de Mercado – Cobertura Risco Cambial
SX5EC3250.	OPCA SX5E 01/18/19 C3250	Risco de Mercado – Gestão Agregada dos Riscos



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

RISCOS MATERIAIS

Riscos

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rentabilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos ativos, em detalhe:

- Ações – Perdas decorrentes de alterações de preços de ações
- Taxa de Juro – Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro
- Câmbio – Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio
- Risco de Crédito – Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

\$

COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES

RELATO FINANCEIRO

O nível de cobertura das responsabilidades por serviços passados das adesões coletivas financiadas pelo Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança, em 31.12.2018, encontra-se descrito no quadro seguinte:

Número da Adesão	Valor da quota-parte do fundo	Cenário de financiamento		Cenário mínimo de solvência	
		Responsabilidades passadas	Nível de cobertura	Responsabilidades passadas	Nível de cobertura
7	22,160,660	27,731,324	79.9%	27,731,324	79.9%
7	585,290	321,884	181.8%	321,884	181.8%
18	280,327	280,667	99.9%	235,382	119.1%
19	632,565	348,196	181.7%	215,203	293.9%
21	59,822	50,354	118.8%	50,354	118.8%
40	449,239	623,828	72.0%	515,603	87.1%
44	459,534	673,233	68.3%	514,284	89.4%
62	131,133	143,409	91.4%	95,959	136.7%

Em janeiro de 2019, o Associado da adesão n.º 40 que efetuou uma contribuição de 63,650 €, de forma a colmatar o deficit de financiamento no mínimo de solvência.

O Associado da adesão n.º 44 que efetuou, em fevereiro de 2019, uma contribuição de 54,750 €, de forma a colmatar o deficit de financiamento no mínimo de solvência.

Em fevereiro de 2019, o Associado da adesão n.º 7 efetuou uma contribuição no valor 5,400,339 euros de forma a garantir um nível de financiamento de 95% das responsabilidades dos Participantes e 100% das responsabilidades dos Beneficiários, tal como é requerido pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2019

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.

Isabel Castelo Branco Isabel Semedo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Demonstrações Financeiras

BPI Segurança
Fundo de Pensões Aberto

31 de dezembro de 2018

Demonstração da Posição Financeira

Valores em EUR

Notas	Demonstração da posição financeira	31 dez 2018	31 dez 2017
Ativo			
Investimentos			
5	Instrumentos de capital e unidades de participação	27,515,022	24,569,454
5	Títulos de dívida pública	39,497,898	39,757,033
5	Outros títulos de dívida	35,784,065	38,181,599
6	Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	10,942,206	7,960,807
	Outras aplicações	490	-
Outros ativos			
	Devedores		
7	Outras entidades	160,321	212,735
7	Acréscimos e diferimentos	349,761	474,348
Total do Ativo		114,249,764	111,155,976
Passivo			
Credores			
8	Entidade gestora	199,722	214,319
8	Estado e outros entes públicos	9,128	1,872
8	Outras entidades	651,373	15,220
Total do Passivo		860,223	231,410
Valor do fundo		113,389,541	110,924,566
Valor da unidade de participação		19.2688	18.8182

Demonstração de Resultados

Valores em EUR

Notas	Demonstração de resultados	31 dez 2018	31 dez 2017
9	Contribuições	14,965,724	16,834,768
10	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	(9,035,090)	(10,155,771)
11	Ganhos líquidos dos investimentos	(4,211,703)	555,512
12	Rendimentos líquidos dos investimentos	1,558,952	1,635,045
13	Outras despesas	(812,908)	(801,401)
Resultado líquido		2,464,975	8,068,152

Demonstração de Fluxos de Caixa

Valores em EUR

Demonstração de Fluxos de Caixa	31 dez 2018	31 dez 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Contribuições		
Contribuições dos associados	6,332,298	7,031,711
Transferências	8,633,426	9,803,057
Pensões, capitais e prêmios únicos vencidos		
Pensões pagas	(2,634,926)	(2,284,215)
Prêmios únicos para aquisição de rendas vitalícias	(1,395,372)	(2,307,515)
Capitais vencidos (remições/vencimentos)	(2,466,981)	(1,806,211)
Transferências	(2,529,321)	(3,775,005)
Encargos inerentes ao pagamento das pensões e subsídios por morte	(1,014)	(10)
Remunerações		
Remunerações de gestão	(762,505)	(680,722)
Remunerações de depósito e guarda de títulos	(59,235)	(55,631)
Outras despesas	(97)	(98)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	5,116,272	5,925,361
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos		
Alienação / reembolso dos investimentos	65,328,552	94,411,209
Rendimentos dos investimentos	1,683,539	1,666,522
Pagamentos		
Aquisições de investimentos	(4,284)	(23,604)
Comissão de transação e mediação	(69,264,027)	(106,826,135)
Outros gastos com investimentos	(884)	(2)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(2,257,103)	(10,772,009)
Variações de caixa e seus equivalentes	2,859,169	(4,846,648)
Efeitos de alterações da taxa de câmbio	122,230	(337,703)
Caixa no início do período de reporte	7,960,807	13,145,157
Caixa no fim do período de reporte	10,942,206	7,960,807

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Identificação do Fundo

O Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança ("Fundo") iniciou a sua atividade a 27 de agosto de 1992. Este Fundo permite adesões individuais e adesões coletivas. Relativamente às adesões coletivas, financia 88 planos de pensões de contribuição definida e 7 planos de pensões de benefício definido.

A última alteração ao regulamento de gestão data de 31 de dezembro de 2014, sendo a sua Entidade gestora, o BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. ("Entidade Gestora" ou "BPI Vida e Pensões"). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BPI, S.A. ("Banco BPI").

2. Alterações ocorridas nos planos de pensões

Durante o exercício de 2017, ocorreram as seguintes alterações:

- Associada com o número de adesão n.º 94 - passou a realizar contribuições para o Plano de pensões;
- Associada da adesão nº 76 - introduziu a possibilidade se serem efetuadas contribuições extraordinárias para financiar o Plano de Pensões, ao abrigo do Programa Flex, implementado na mesma empresa;
- Associada da adesão nº 71 - introduziu a possibilidade de efetuar contribuições Extraordinárias;
- Associada da adesão nº 51 - foram retomadas as contribuições para o plano de pensões.

Durante o exercício de 2018, ocorreram as seguintes alterações:

- Plano de pensões *Spinnerng* – Cessação das contribuições;
- Plano de pensões *Shire Pharmaceuticals* – O Associado alterou a taxa de contribuição e permitiu a transferência do montante correspondente ao valor existente em nome do Participante no Seguro da Companhia de Seguros Generali, relativo às contribuições efectuadas pela Baxalta até à data da compra desta empresa pelo Associado;
- Plano de pensões *Aveleda* - Introduziu um novo Associado;
- Plano de pensões *B* – Alteração da idade da reforma no associado ING Bank NV Sucursal em Portugal;
- Plano de pensões *BNP Paribas CD* – O Associado alterou a taxa de contribuição;
- Plano de pensões *Everis Mais* – Novo Associado;
- Plano de pensões *Hiscox* – Novo Associado.

3. Natureza e impacto de alterações dos ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo

Durante os exercícios de 2017 e 2018, registaram-se novas adesões coletivas ao Fundo, sendo a tipologia do plano ao qual aderiram de Contribuição Definida, não havendo impacto nos ativos do fundo.

4. Bases de Mensuração e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Fundo, adotando os princípios gerais estabelecidos na IAS1 e o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

4.1. Especialização de exercícios

Na sua generalidade, os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

4.2. Investimentos mobiliários

As aquisições e alienações de investimentos mobiliários, são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição e alienação, respetivamente.

A avaliação dos ativos mobiliários respeita as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (i) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (ii) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por um período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;
- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (i) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas; (ii) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo setor económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado; e, (iii) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise e metodologia dos fluxos de caixa descontados;
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que, no entender da Entidade Gestora, melhor reflete o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o *Financial Times Interactive Data*, o ISMA – *International Securities Market Association*, a *Bloomberg*, a *Reuters* ou outros que sejam considerados

crédíveis pela Entidade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de *market makers* da escolha da Entidade Gestora.

- Os investimentos mobiliários com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais existe intenção e capacidade de manter até à maturidade, são reconhecidos ao custo amortizado. Estes ativos são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sendo o juro calculado através da taxa de juro efetiva. Eventuais perdas por imparidade destes ativos são reconhecidas na demonstração de resultados quando identificadas.

As mais e menos-valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são refletidas na demonstração de resultados, correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição, corrigido pelas mais e menos-valias potenciais, geradas após a sua aquisição.

As mais e menos-valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

4.3. Operações com contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de futuros, realizadas em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados ou potenciais reconhecidos como proveito ou custo na rubrica “Ganhos líquidos dos investimentos” da demonstração de resultados.

4.4. Comissões

As diversas comissões suportadas pelo fundo, acordadas no contrato de adesão, são contabilizadas na rubrica “Outras despesas” da demonstração de resultados, no período em que ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento. Destacam-se como principais comissões:

- **Comissão de gestão:** corresponde à remuneração da Entidade Gestora, pela atividade de gestão do património do Fundo.
- **Comissão de depósito:** remuneração do banco depositário pelo exercício das funções de depositário dos investimentos mobiliários e de outros documentos representativos dos ativos que integram a carteira de investimentos do Fundo.

4.5. Pensões, capitais, prémios únicos vencidos e contribuições

O pagamento de pensões, capitais, prémios únicos vencidos, bem como as contribuições para o Fundo efetuadas pelo Associado, são registados como gastos e rendimentos quando pagas e recebidas, respetivamente, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

4.6. Operações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças líquidas originadas pela atualização cambial são refletidas na rubrica “Ganhos líquidos dos investimentos” na demonstração de resultados.

4.7. Impostos

De acordo com as disposições previstas no artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (“EBF”), os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (“IMT”).

A isenção de IRC não abrange os dividendos de ações Portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro, relativamente aos rendimentos aí obtidos.

5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2018, a carteira do Fundo é composta por instrumentos de capital, unidades de participação, títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, conforme se detalha abaixo, num total de investimentos de 102,796,986 euros o que representa um aumento de cerca de 1% face ao existente no balanço a 31 de dezembro de 2017.

Na tabela abaixo apresentam-se também os juros corridos no valor de 349,761 euros referentes aos títulos de dívida detidos pelo Fundo, especializados na rubrica “Acréscimos e diferimentos”.

Valores em EUR

Descrição dos títulos	Custo Aquisição	Mais/Menos Valias Contabilísticas	Mais/Menos Valias Cambiais	Juro Corrido	31 dez 2018
Instrumentos de capital e unidades de participação					
ETF-SPDR 0-3 EURO CORPORATE (LSE)	4,879,184	(29,690)	-	-	4,849,494
BPI ALTERNATIVE LUX (I)	2,421,523	(14,688)	-	-	2,406,835
ISHARES CORE EURO CORP BOND(LSE)	2,460,772	(59,489)	-	-	2,401,283
BPI UNIVERSAL LUX (I)	1,704,243	(133,923)	-	-	1,570,320
BPI HIGH INCOME LUX (I)	1,429,303	(127,342)	-	-	1,301,961
IMOFOMENTO - FI	1,088,946	17,488	-	-	1,106,434
IETF-IS. CORE MSCI EUROPE UCITS (AMS)	1,000,760	(29,741)	-	-	971,019
AMUNDI FDS-EUR.EQUITY VAL-A	944,910	(134,034)	-	-	810,876
MARSHALL WACE UCITS-MW TOPS G EUR	693,877	(25,277)	-	-	668,601
OLD MUT GIS RET FD	693,074	(26,409)	-	-	666,665
ALLIANZ-DISC GERMANY STRAT-I	682,271	(25,324)	-	-	656,947
BPI EUROPA LUX	772,734	(125,165)	-	-	647,570
EXANE 2 CRISTAL FUND - A	648,572	(16,861)	-	-	631,711
BNY MELLON ABS RET EQTY- EH	642,837	(33,762)	-	-	609,075
BPI IBERIA LUX (I)	679,223	(77,327)	-	-	601,896
JUPITER GLOBAL FD-EURO GRO I	574,477	(22,351)	-	-	552,126
ISHARES DJ EST BANKS DE	830,641	(284,306)	-	-	546,334
INVECO-EURO EQ.FD-C-CAP-EUR	595,390	(79,127)	-	-	516,262
IVI UMBRELLA FUND-EUROPEAN	574,658	(68,223)	-	-	506,435
ALLIANZ RCM EURL EQTY GRW-WT	592,755	(88,815)	-	-	503,940
JPM EUROLD DYN C PERF ACCEUR	588,641	(94,220)	-	-	494,421

Valores em EUR

Descrição dos títulos	Custo Aquisição	Mais/Menos Valias Contabilísticas	Mais/Menos Valias Cambiais	Juro Corrido	31 dez 2018
Instrumentos de capital e unidades de participação					
RAM LUX SYS- EUROPEAN WQTY-S-P	570,002	(82,782)	-	-	487,220
BPI EURO LARGE CAPS(I) EUR	539,374	(83,574)	-	-	455,800
OYSTER EUROPEAN SELECT-IEUR	566,081	(121,130)	-	-	444,951
VANGUARD EUROZONE STK-INS-EU	452,894	(58,892)	-	-	394,003
VANGUARD EURO STK-B INS €	424,046	(44,678)	-	-	379,368
BPI AFRICA LUX (I) EUR	367,083	(30,076)	-	-	337,007
BRANDES EURPN VALUE-I-EUR	285,953	(30,495)	-	-	255,458
ELEV A UCITS FD-EUROPEAN SEL.FD-I-EUR	282,728	(33,528)	-	-	249,201
BPI OPPORTUNITIES LUX (I)	207,583	(18,149)	-	-	189,434
COMGEST GROWTH PLC-JAPAN-I EUR	199,477	(15,422)	-	-	184,055
MAN FUNDS PLC - MAN GLG JAPAN	197,829	(13,943)	-	-	183,887
HERMES IF-GLOB.EM.MKT.FD-F-USD	158,926	(27,844)	10,882	-	141,965
GOLDMAN SACHS - SICAV I-GS E (OPEN FUND)	141,119	(14,158)	2,255	-	129,217
REN-REDES ENERG.NAC.SGPS	107,509	(1,952)	-	-	105,558
KANAM GRUNDINVEST FONDOS	121,042	(25,454)	-	-	95,589
FERROVIAL .SA	102,063	(6,633)	-	-	95,429
SEB IMMOINVEST	117,642	(42,969)	-	-	74,673
M&G-LUX-INV F 1 - GL.EMERGING MKTS-C	79,939	(14,435)	5,474	-	70,978
SONAE SGPS (NOM)	87,917	(24,673)	-	-	63,244
IBERDROLA (MADRID)	49,367	4,264	-	-	53,632
BANCO SANTANDER (MADRID)	56,094	(15,418)	-	-	40,676
BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	55,154	(19,205)	-	-	35,948
FUNDO INVEST. IMOB FECHADO IMOSOCIAL-N	316,705	(289,174)	-	-	27,530
Total Instrumentos de Capital e Unidades de participação	29,985,317	(2,488,906)	18,611	-	27,515,022
Titulos de dívida pública					
BUNDESOBLIGATION- 0.25%-16.10.2020	9,535,798	(43,135)	-	4,864	9,492,663
DEUTSCHLAND I/L BOND-1.75%-15.04.2020	2,273,427	(45,932)	-	26,374	2,227,495
FRANCE(GOVT OF) -I/L-0.1%-01.03.2021	2,161,147	(23,917)	-	1,671	2,137,230
BUNDESREPUBLIK DEUTSCHL-6.25%-04.01.2030	1,748,445	(8,355)	-	65,240	1,740,091
BUONI POLIENNALI DEL TE-0.95%-15.03.2023	1,585,305	27,125	-	4,612	1,612,431
BUONI POLIENNALI DEL TES-3.75% 1.08.2021	1,596,270	7,170	-	23,425	1,603,440
DEUTSCHLAND I/L BOND-0.1%-15.04.2023	1,573,405	12,127	-	1,047	1,585,532
BUONI POLIENNALI DEL TES-2%-01.12.2025	1,535,277	17,606	-	2,596	1,552,883
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0.45%-31.10.22	1,403,948	12,922	-	1,053	1,416,870
OT-2.125%-17.10.28	1,344,537	33,330	-	5,807	1,377,867
BUONI POLIENNALI-2.8%-01.12.2028	1,224,135	21,301	-	2,847	1,245,436
BUONI POLIENNALI DEL TE-3.45%-01.03.2048	1,101,444	87,972	-	13,724	1,189,416
INSTITUTO CREDITO OFICI-0.05%-30-07-2020	1,103,476	1,034	-	232	1,104,510
BONOS Y OBLIG DEL ESTAD-0.05%-31.10.2021	1,067,015	4,537	-	89	1,071,552
UNEDIC-0%-25.11.2020	1,002,795	(665)	-	-	1,002,130
INTESA SANPAOLO SPA-0.5%-03.02.2020	1,010,800	(12,800)	-	2,055	998,000
CCTS EU-TV-15.10.2024	1,021,340	(73,490)	-	1,782	947,850
REGIA O AUTONOMA A CORES 1.85%- 21-08-2025	897,488	7,875	-	5,935	905,363
BUONI POLIENNALI DEL TES-4.5%-01.03.2024	903,824	(52,643)	-	11,308	851,181
BUNDESREPUB.DEUTCHLAND-3.25%-04-07-2042	801,384	27,873	-	8,645	829,257
SPAIN I/L BOND-0.7%-30.11.2033	517,483	(5,192)	-	304	512,291
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-1.4%-30.04.2028	471,692	3,730	-	4,454	475,422
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-2.7%-31.10.2048	461,518	10,881	-	2,094	472,398
BUONI POLIENNALI TES-3.75%-01.09.2024	473,398	(26,062)	-	5,109	447,337
NETHERLANDS GOVERNMENT-2.75%-15.01.2047	387,985	26,225	-	7,515	414,210
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0.75%-30.07.21	409,556	(236)	-	1,266	409,320
BUNDESREPUB.DEUTSCHLAND 1.5%-15.02.2023	408,265	(2,888)	-	4,929	405,377
BONOS Y OBLIG DES ESTADO-4%-30.04.2020	356,587	(12,672)	-	8,726	343,915
OBLIGAC. DEL ESTADO-5.75% (30.07.2032)	323,847	2,703	-	5,362	326,550
OT-2.875%-15.10.2025	313,133	2,920	-	1,722	316,052
FRANCE (GOVT OF) - 3.75% - (25.04.2021)	259,058	(10,146)	-	5,856	248,912
IRISH TSY 3.4%-18.03.2024	219,738	(5,296)	-	4,936	214,443
OTRV JULHO 2025	20,000	475	-	89	20,475
Total Titulos de dívida pública	39,513,520	(15,621)	-	235,669	39,497,898
Outros titulos de dívida					
GOLDMAN SACHS GROUP INC-TV-27.07.2021	1,310,848	(31,642)	-	1,530	1,279,206
BNG BANK NV -1.5%15.04.2020	1,142,379	(16,122)	-	11,753	1,126,257
SONAE INVESTMENTS BV-1.625%-11.06.2019	1,119,250	(24,750)	-	979	1,094,500
COLEP EM 8U - 181228..190128, 35%	1,050,000	-	-	31	1,050,000
BANCO BILBAO VIZCAYA ARG-TV-09.03.2023	894,400	(31,300)	-	150	863,100
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-TV-28.06.2028	700,000	6,370	-	20,511	706,370
CITIGROUP INC-TV-24.05.2021	713,423	(10,028)	-	350	703,395
GLAXOSMITHKLINE CAPITAL PL-TV-21.05.2020	702,920	(2,171)	-	-	700,749
JOHN DEERE BANK SA-TV 03.10.2022	702,009	(8,554)	-	-	693,455

Valores em EUR

Descrição dos títulos	Custo Aquisição	Mais/Menos Valias Contabilísticas	Mais/Menos Valias Cambiais	Juro Corrido	31 dez 2018
Outros títulos de dívida					
SOCIETE GENERALE-TV-01.04.2022	711,839	(19,749)	-	941	692,090
MORGAN STANLEY-TV-08.11.2022	708,115	(17,411)	-	395	690,704
GE CAPITAL EURO FUNDING-TX.VR-21.01.2020	702,390	(12,120)	-	86	690,270
KBC GROUP NV-TV-24.11.2022	705,483	(16,564)	-	159	688,919
BANK OF AMERICA CORP-TV-04.05.2023	709,560	(21,999)	-	503	687,561
CREDIT AGRICOLE LONDON-TV-06.03.2023	702,575	(23,267)	-	138	679,308
BANCO SANTANDER SA-TV-28.03.2023	706,279	(27,888)	-	26	678,391
SEMAPA 2014/2019	691,875	(15,525)	-	4,196	676,350
BNP PARIBAS-TV-07.06.2024	704,279	(29,388)	-	203	674,891
HSBC HOLDINGS PLC-TV-05.10.2023	701,970	(31,496)	-	308	670,474
LLOYDS BANKING GROUP PLC-TV-21.06.2024	701,088	(36,872)	-	92	664,216
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-10.75%-PERP	689,550	(35,916)	-	-	653,634
FORD MOTOR CRED.CO LLC-TV-07.12.2022	689,054	(51,669)	-	49	637,385
EDP FINANCE BV-5.25%-14.01.2021	594,793	(22,210)	47,739	14,800	620,322
ING GROEP NV-TV-20.09.2023	599,618	(10,838)	-	99	588,780
DEUTSCHE BANK AG-TV-16.05.2022	599,700	(29,448)	-	363	570,252
BCP-4.5%-07.12.2027	598,506	(46,932)	-	1,775	551,574
ABERTIS INFRAESTRU.3.75%-20.06.2023	566,435	(16,665)	-	9,966	549,770
SAP SE-TV-01.04.2020	537,316	(2,665)	-	-	534,651
NOS SGPS-2015-2022	502,750	6,685	-	2,269	509,435
GLENORE FINANCE EUROP-1.625%-18.01.2022	516,230	(13,715)	-	7,724	502,515
ANHEUSER-BUSCH INBEV NV-TV-17.03.2020	506,985	(4,795)	-	85	502,190
NATIONAL AUSTRALIA BANK-0.25%-28.03.2022	502,420	(490)	-	952	501,930
EUROCLEAR BANK SA-TV-10.07.2020	501,830	(690)	-	36	501,140
SHELL INTERNATIONAL FIN-TV-15.09.2019	502,850	(1,770)	-	17	501,080
NORDEA BANK AB-TV-27.09.2021	507,095	(6,065)	-	11	501,030
SONAE CAPITAL-2016/2021	500,000	650	-	4,237	500,650
VODAFONE GROUP PLC-TV-25.02.2019	504,600	(4,075)	-	308	500,525
COCA-COLA CO/THE-TV-08.03.2019	501,790	(1,555)	-	-	500,235
SANOFI-TV-22.03.2019	501,720	(1,515)	-	-	500,205
NORDEA BANK AB-TV-07.02.2022	507,530	(7,395)	-	137	500,135
FCE BANK PLC-TV-17.09.2019	506,325	(6,195)	-	130	500,130
UNICREDIT SPA-TV-19.02.2020	508,020	(8,050)	-	399	499,970
BMW US CAPITAL LLC-TX.VR.-18.03.2019	500,542	(1,327)	-	12	499,215
UNILEVER NV-0%-31.07.2021	497,710	295	-	-	498,005
UNICREDIT SPA-TV-31.10.2020	499,470	(2,150)	-	-	497,320
VOLKSWAGEN LEASING GMBH-0.25%-16.02.2021	498,595	(2,895)	-	469	495,700
LEASPLAN CORPORATION NV-TV-04.11.2020	502,940	(9,540)	-	157	493,400
FCA BANK SPA IRELAND-0.25%12.10.2020	499,108	(7,178)	-	274	491,930
BPCE SA-TV-23.03.2023	497,460	(14,480)	-	18	482,980
MEDIOBANCA SPA-TV-18.05.2022	508,995	(32,975)	-	282	476,020
BANCO BILBAO VIZCAYA ARG-8.875%-SUB.PERP	469,920	(36,988)	-	7,586	432,932
BANKINTER SA-0.875%-03.08.2022	410,488	(2,188)	-	1,438	408,300
ALLIANZ FINANCE II B.V.-TV-07.12.2020	404,740	(2,412)	-	49	402,328
SANOFI-0%-13.01.2020	300,666	(426)	-	-	300,240
NOVARTIS FINANCE SA-0%-31.03.2021	299,157	1,050	-	-	300,207
ABN AMRO BANK NV-TV-03.12.2021	300,000	42	-	20	300,042
LVMH MOET HENNESSY VUITT-TV-26.05.2020	300,102	(303)	-	-	299,799
NOS SGPS-1.125%-02.05.2023	299,277	(1,122)	-	2,247	298,155
PSA BANQUE FRANCE-0.625%-10.10.2022	249,615	(5,618)	-	351	243,998
ORACLE CORP 2.25%-10.01.2021	213,020	(4,104)	-	4,377	208,916
VINCI SA-3.375%-30.03.2020	215,062	(6,806)	-	5,104	208,256
ROYAL BK OF SCOTLAND-5.375%-30.09.2019	218,844	(11,322)	-	2,710	207,522
UBS AG LONDON-1.125%-30.06.2020	205,444	(2,356)	-	1,134	203,088
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-0.875%-17.10.22	200,988	264	-	360	201,252
HSBC FRANCE-0.6%-20.03.2023	199,568	504	-	940	200,072
AMADEUS IT GROUP SA-1.5%-18.09.25	199,522	(2,878)	-	855	196,644
LEHMAN BROTHERS TSY-NIKKEI 225-27.02.2015	-	-	-	-	-
Total Outros Títulos de dívida	36,517,032	(780,706)	47,739	114,092	35,784,065

Face a 2017, não se verificam alterações relevantes na composição da carteira de investimentos.

Riscos associados à carteira de investimentos
Exposição e Origem do Risco

- **Risco de mercado:** é decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira de cada fundo.

- **Risco de taxa de juro:** risco de movimentos adversos (subida) nos vários prazos das taxas de juro, com impacto no preço das obrigações de taxa fixa
- **Risco de crédito:** corresponde à possibilidade de um emitente de determinado título não ter capacidade financeira suficiente para fazer face às suas responsabilidades.
- **Risco cambial:** resulta da detenção de ativos em moeda estrangeira e da variação das taxas de câmbio destas moedas.
- **Risco de liquidez:** consiste na eventual dificuldade na realização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.
- **Risco operacional:** resulta da falha (ou deficiências) de processos internos, recursos humanos, sistemas, fraude ou outros que possam afetar o normal funcionamento da atividade da Entidade Gestora.

Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança considera a gestão do risco uma das disciplinas fundamentais no seu modelo de funcionamento. Para isso dispõe de uma equipa dedicada ao controlo do Risco, a qual utiliza diversas ferramentas para medir e quantificar a exposição aos riscos. Privilegia-se a identificação e monitorização dos diferentes fatores de risco e a partilha de informação sobre o risco das carteiras com gestores e órgãos da administração.

No que diz respeito ao Risco de Mercado, utiliza-se o *Value-at-Risk* ("VaR") para determinar a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança. O Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança dispõe de uma solução analítica partilhada entre os gestores e a equipa responsável pela monitorização de risco, que implementa uma análise baseada em modelos de fatores.

A exposição *ex-ante* das carteiras aos principais fatores de risco (e.g. mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito), em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um *benchmark*, passou assim a ser aferida em cada momento através do software "PORT". Este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total da carteira de investimentos.

O Risco de Crédito é também capturado pelo modelo de fatores da *Bloomberg*, que engloba fatores destinados a captar esta dimensão do risco.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Liquidez, cada gestor mantém excedentes de liquidez suficientes, para fazer face às responsabilidades financeiras a cargo do Fundo. Os instrumentos de leitura desta dimensão do risco, são ainda reforçados com a elaboração periódica de mapas informativos que permitem acompanhar a evolução da liquidez.

No âmbito do Risco Operacional, é aferido o impacto dos riscos associados a cada atividade, analisando as ocorrências e compreendendo o tipo de falhas e a quantificação dos custos associados.

Por último, e tendo em consideração a monitorização dos limites legais e das políticas de investimento, os alertas de incumprimento são enviados aos gestores sempre que as carteiras de investimento são encerradas. Estão ainda definidos limites de exposição por Contraparte, relativos às operações por liquidar.

Análise de sensibilidade

Conforme acima referido, uma medida que agrega os principais riscos de mercado e utilizada pelo Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança é o *Value-at-Risk*. Para o cálculo deste indicador, são utilizadas as volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos, baseadas nos preços dos últimos 365 dias. Em 31 de dezembro de 2018, o *Value-at-Risk* com um nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 mês.

VaR / Carteira	VaR (EUR)	Contributo Ações (%)	Contributo Taxa de Juro (%)	Contributo Moeda (%)
0.93%	(5,925)	0.66%	0.28%	-0.01%

6. Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica referia-se a depósitos à ordem e a prazo domiciliados no Banco BPI, com o seguinte detalhe:

Valores em EUR			
	Descrição	31 dez 2018	31 dez 2017
	Depósitos à ordem	10,942,206	3,960,807
	Depósitos a prazo	-	4,000,000
	Total	10,942,206	7,960,807

Os Depósitos a Prazo foram amortizados durante o exercício de 2018.

7. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica respeita a valores a regularizar de derivados e nos Acréscimos e Diferimentos estão registados os juros a receber dos títulos de dívida pública e outros títulos de dívida.

Valores em EUR			
	Outros ativos	31 dez 2018	31 dez 2017
	Derivados	160,074	171,729
	Juros a receber	27	16,151
	OPL	-	23,584
	Outros	221	1,272
	Outras entidades	160,100	211,464
	Devedores	160,100	211,464
	Juros a receber	349,761	474,348
	Acréscimos e diferimentos	349,761	474,348
	Total	509,861	685,812

8. Passivo

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica respeita a valores a pagar à Entidade Gestora pela Comissão de Gestão Financeira e ainda Operações a Liquidar (OPL) que foram regularizadas no exercício de 2019.

Valores em EUR

Passivo	31 dez 2018	31 dez 2017
Entidade gestora	199,722	214,319
Estado e outros entes públicos	9,128	1,872
Comissões	14,766	14,447
OPL	636,603	-
Outros	4	773
Outras entidades	651,373	15,220
Credores	860,223	231,411

9. Contribuições

Durante o exercício de 2018 as contribuições efetuadas foram superiores ao estimado, conforme se apresenta na tabela abaixo:

Valores em EUR

Contribuições 2018		Diferença
Estimado (1)	Efetivo (2)	(2) - (1)
4,280,962	6,332,298	2,051,336

As contribuições efectuadas pelos associados durante o exercício de 2018, ocorreram em função das variações da população, contribuições em função das responsabilidades, entre outras como decisão das empresas, novos clientes.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, os Associados efetuaram as seguintes contribuições:

Valores em EUR

Contribuições 2018			Contribuições
Associados	Transferências	Total	2017
6,332,298	8,633,426	14,965,724	16,834,768

10. Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Durante os exercícios de 2018 e 2017, os benefícios pagos têm a seguinte composição:

Valores em EUR

	Pensões	31 dez 2018	31 dez 2017
Pensões de invalidez		130,288	132,449
Pensões de velhice		265,336	293,269
Pensões de viuvez		50,150	66,130
Pensões Gerais		2,085,564	1,537,140
Pensões		2,531,339	2,028,988
Contribuições SAMS		1,004	-
Prémios Únicos		1,395,372	2,307,515
Reembolso Capital IRS		111,062	238,046
Remissões		2,466,981	1,806,211
Transferências		2,529,321	3,775,001
Outros		10	10
Outros		6,503,751	8,126,783
Total		9,035,090	10,155,771

Não foram verificadas variações significativas nos valores pagos nos benefícios em 2018 face a 2017.

11. Ganhos Líquidos dos Investimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas têm a seguinte composição:

Valores em EUR	2018						2017
	Ganhos Líquidos	Instrumentos de capital	Títulos de dívida pública	Outros títulos de dívida	Numerário	Outras aplicações	Total
Mais Valias		86,787	350,204	200,376	290,685	2,867,497	3,795,549
Menos Valias		(2,625,281)	(754,487)	(1,024,615)	(313,850)	(3,289,019)	(8,007,252)
Total		(2,538,495)	(404,282)	(824,239)	(23,165)	(421,521)	(4,211,703)
							555,512

12. Rendimentos Líquidos dos Investimentos

Na seguinte tabela apresentam-se os juros e dividendos obtidos durante os exercícios de 2017 e 2018 pelos investimentos detidos pelo Fundo.

Valores em EUR

	Investimentos	31 dez 2018	31 dez 2017
Instrumentos de Capital		439,282	393,310
Títulos de dívida pública		38,261	-
Outros títulos de dívida		1,081,135	1,236,288
Outros		275	5,448
Total		1,558,952	1,635,045

Não foram verificadas variações significativas nos rendimentos líquidos da carteira 2018 face a 2017.

13. Outras despesas

Nos termos do Regulamento de Gestão, é responsabilidade do Fundo realizar o pagamento de comissões à Entidade Gestora e ao Banco Depositário.

O detalhe das comissões registadas nos exercícios de 2018 e 2017 é conforme segue:

Valores em EUR		
Outras Despesas	31 dez 2018	31 dez 2017
Comissão de Depósito	59,554	56,685
Comissões de Corretagem	3,284	21,620
Comissões de Gestão Financeira	681,585	631,741
Comissões	744,423	710,046
Imposto selo s/ comissões	28,687	27,634
Taxa para I.S.P.	1,894	2,363
Outras Despesas	37,904	61,358
Impostos e taxas	68,485	91,356
Total	812,908	801,401

As comissões acima descritas são calculadas conforme segue:

Tipo comissão	Tipo Plano	Descrição do método de cálculo
Administrativa	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de participantes.
Administrativa	Plano BD	A comissão é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Financeira	Todos	A comissão é definida em % e aplicada trimestralmente ao valor do Fundo sob gestão.
Financeira Incentivo	Todos	A comissão é definida em %, em função da rentabilidade obtida pelo fundo face ao benchmark definido, e aplicada ao valor do Fundo sob gestão.
Atuarial	Plano BD	A comissão atuarial é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Pagamento Benefícios	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de processos tratados.
Pagamento Benefícios	Plano BD	A comissão é calculada em função do número de pensionistas.

14. Eventos subsequentes

Conforme os respetivos Relatórios do Atuário Responsável:

- Em de fevereiro de 2019, o Associado da adesão n.º 7 efetuou uma contribuição de forma a garantir um nível de financiamento de 95% das responsabilidades dos Participantes e 100% das responsabilidades dos Beneficiários, tal como é requerido pelo Banco de Portugal;
- o Associado da adesão n.º 18 cumpre com o nível mínimo de solvência exigido pela ASF, com um nível de cobertura de 119%;
- o Associado da adesão n.º 19 cumpre com o nível mínimo de solvência exigido pela ASF, com um nível de cobertura de 294%;
- o Associado da adesão n.º 21 cumpre com o nível mínimo de solvência exigido pela ASF, com um nível de cobertura de 119%;
- o Associado da adesão n.º 40 não cumpre com o nível mínimo de solvência exigido pela ASF, com um nível de cobertura de 87%; em janeiro de 2019, o Associado efetuou uma contribuição de forma a colmatar o deficit de financiamento no mínimo de solvência.

- o Associado da adesão n.º 44 cumpre com o nível mínimo de solvência exigido pela ASF com um nível de cobertura de 89%; em fevereiro de 2019, o Associado efetuou uma contribuição de forma a colmatar o deficit de financiamento no mínimo de solvência.
- o Associado da adesão n.º 62 cumpre com o nível mínimo de solvência exigido pela ASF com um nível de cobertura de 137%.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança ("Fundo"), gerido pela BPI Vida e Pensões - Companhia de Seguros, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 114.249.764 euros e um valor do Fundo de 113.389.541 euros, incluindo um resultado líquido de 2.464.975 euros), a demonstração de resultados, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISA") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

1. Valorização dos ativos registados na carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos registados na carteira de investimentos ascendiam a 102.796.986 euros, correspondente a cerca de 90% do total do ativo (Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras). Atendendo à natureza intrínseca daqueles ativos, entendemos que existe o risco inerente de a sua valorização não estar de acordo com (i) as normas estabelecidas pela ASF e (ii) os critérios, modelos e fontes de valorização dos ativos integrantes das carteiras geridas pela Entidade Gestora. Nestas circunstâncias, a titularidade e a valorização destes ativos, são áreas relevantes no âmbito da auditoria às demonstrações financeiras.



A nossa resposta

Os nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

- Revisão dos procedimentos da Entidade Gestora, nos processos de (i) valorização destes ativos e direitos e obrigações relacionados; e (ii) reconciliações bancárias;
- Revisão da reconciliação entre (i) estes ativos, (ii) os registos contabilísticos e (iii) a resposta e/ou mapas de posição patrimonial do banco depositário em 31 de dezembro de 2018;
- Revisão da valorização dos ativos negociados em mercado regulamentado, de acordo com os critérios, modelos e fontes de valorização utilizadas pela Entidade Gestora e aceites pela ASF. Conforme aplicável, consultámos fontes de preços, externas e independentes, bem como outras fontes de informação de referência ou modelos de valorização, definidos e aceites pelas normas estabelecidas pela ASF;
- Revisão da adequação das divulgações do Fundo, relativamente aos métodos de valorização destes ativos.

Responsabilidades do Órgão de Gestão da Entidade Gestora e do Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Imobiliário; a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, a avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades. O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeira

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada

com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria; (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação da entidade, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão do Fundo foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

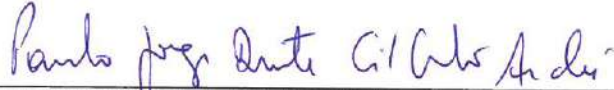
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores do Fundo pela primeira vez por deliberação da Comissão Executiva do Órgão de Gestão da Entidade Gestora de 6 de outubro de 2016, complementada pela deliberação da Comissão Executiva do Órgão de Gestão da Entidade Gestora de 13 de outubro de 2016, para um mandato compreendido entre 2016 e 2019.
- O Órgão de Gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora em 28 de fevereiro de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Fundo os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:

- i. Trabalhos de auditoria para a emissão do Relatório de Exame Simplificado sobre os elementos de índole contabilística e estatística do Fundo, em conformidade com as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de maio, da Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF") e na Norma Regulamentar n.º 18/2008-R, de 23 de dezembro, da ASF (conforme alterada pela Norma Regulamentar n.º 20/2010-R, de 16 de dezembro, da ASF).

Lisboa, 28 de fevereiro de 2019



BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André